

APROPRIAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA: DEPENDÊNCIA, ESPOLIAÇÃO E SAQUE

Indira Rocha Marques
Gilberto de Souza Marques
Fernando Araújo Alves

RESUMO

Analizamos a intensificação da extração de recursos naturais, principalmente minerais, na Amazônia a partir da questão: esse montante de riqueza extraída contribui para aumentar a autonomia da região e o desenvolvimento socioeconômico local ou ocorre um processo inverso? Os indicadores não apontam cenários animadores. O que se presencia é a apropriação dos recursos por capitais extrarregionais e estrangeiros, gerando mais contradições socioambientais, reforçando a acumulação por espoliação e a dependência.

Palavras-chave: Amazônia; extração de recursos naturais; valor; acumulação por espoliação; dependência.

ABSTRACT

We analyze the intensification of the extraction of natural resources, mainly minerals, in the Amazon from the question: does this amount of extracted wealth contribute to increase the autonomy of the region and the local socioeconomic development or does an inverse process occur? The indicators do not point to encouraging scenarios. What is present is the appropriation of resources by extra-regional and foreign capital, generating more socio-environmental contradictions, reinforcing accumulation by spoliation and dependence.

Keywords: Amazon; extraction of natural resources; value; accumulation by spoliation; dependency.

INTRODUÇÃO: UMA LONGA HISTÓRIA DE ESPOLIAÇÃO

A mineração na Amazônia brasileira tem vários séculos e se confunde com a colonização europeia no continente americano, que buscava metais preciosos. Mas a grande mineração industrial, aquela conduzida por grandes empresas, teve início com a descoberta do manganês¹ de Serra do Navio no Amapá em 1945 e sua exportação a partir de 1957.

A mineradora Icomi foi responsável por explorar as minas amapaenses, que levariam o “progresso” ao então território federal. O contrato de exploração era de 50 anos. Em aproximadamente 20 anos ela esgotou o minério de alto teor. Diante disso, recebeu dinheiro a fundo perdido (aquele que não precisa devolver, ou seja, é um tipo de doação) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, órgão federal) para montar uma usina para concentrar o minério fino e de menor teor para poder vender por um preço mais elevado no mercado internacional. Formalmente, 49% do capital da Icomi pertencia à maior siderúrgica dos EUA do pós-guerra: a Bethlehem Steel. Por isso, o manganês era vendido exclusivamente para os norte-americanos, se assim eles desejassem. (LEAL, 1996; MARQUES, 2009; MARQUES, 2019).

Ao final da exploração, a empresa extraiu o dobro do minério estimado no contrato. Ao se retirar do Amapá a Icomi, vendeu tudo que pode e ainda tentou conseguir uma indenização pelas

¹ Minério estratégico à indústria siderúrgica, particularmente na produção do aço.

benfeitorias que estava deixando. Mas o que ficou? Minas esgotadas, buracos, uma estrada de ferro sucateada e uma área de porto (no município de Santana) contaminada com arsênio (que provoca câncer).

A experiência do Amapá representa um ciclo completo da grande mineração: descoberta da mina, estabelecimento das condições institucionais, financeiras e estruturais para a exploração, extração mineral, esgotamento da mina e desmontagem do empreendimento.

Diferente do que governo e empresa prometiam a exploração do manganês do Amapá não efetivou o desenvolvimento local. Mas o caso do Amapá é também emblemático quando olhado do ponto de vista teórico, fato que nos lança luz para entender processos recentes.

A transição entre o século XIX e XX abrigou um conjunto de mudanças no modo de produção capitalista, conformando não apenas o capital financeiro - tal qual sintetizou Hilferding (1985), como os monopólios e a divisão do mundo entre as principais potências e empresas capitalistas (LÊNIN, 1987).

Com a fase imperialista se aprofunda ao máximo o sentido da produção capitalista, qual seja, a busca do lucro. Mas o lucro somente existe na medida em que o capital se apropria do trabalho excedente, da mais-valia. Para tal, intensifica a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, aumentando a composição orgânica do capital (c/v). Mas exatamente este processo também gera contradições, entre as quais, a tendência decrescente da taxa de lucro e, por conseguinte, as crises (MARX, 1988). É neste processo que o capitalista busca formas de aumentar a exploração do trabalhador e a apropriação do valor, ainda que originário em outros concorrentes ou países.

Neste campo de análise, Luxemburgo (1970) afirma que o capitalismo e a acumulação burguesa vivem às custas de economias coloniais, de modo que se lança mão de todos os recursos do planeta, buscando evitar limites à escolha dos meios de produção.

O esgotamento das reservas do manganês do Amapá ocorreu em meio à expansão das empresas norte-americanas no mundo do pós-Segunda Guerra Mundial e às tensões entre EUA e URSS.²

Nos anos 1970 novos grandes empreendimentos foram implantados na Amazônia brasileira, em particular o estado do Pará. Essa extração conduzida pelo grande capital (estatal, nacional e estrangeiro) foi sendo intensificada, principalmente a partir da privatização da Companhia Vale do Rio Doce e a abertura neoliberal da economia brasileira nos anos 1990.

A região amazônica abriga uma extração de riqueza (mineral, energética e de sua biodiversidade – aí incluída a apropriação dos solos pelo agronegócio) como nunca presenciada em sua história. Pará e Mato Grosso estão entre os estados com maiores superávits na balança comercial brasileira. Assim, questionamos: esse montante de apropriação de riqueza local contribui para

² A URSS era naquele momento a principal exportadora de manganês do mundo. Os EUA precisavam quebrar essa dependência e, para isso, recorreram ao manganês do Amapá.

aumentar a autonomia da região, entendida em termos econômicos, mas particularmente de desenvolvimento social, ou ocorre um processo inverso?

A hipótese com a qual trabalhamos é que lamentavelmente os indicadores não apontam para um desenvolvimento socioeconômico que superem nossas contradições sociais. Reproduzimos o dilema em que a produção crescente de valor reproduz as contradições socioambientais. A exportação se concentra em produtos sem ou com baixa industrialização, ocorrendo uma transferência de valor para outras regiões e países, e alimenta a dependência da região, tal qual aponta, ainda que em outros processos, a Teoria Marxista da Dependência. Mais do que isso, a apropriação da riqueza regional, na forma de minérios, terras, biodiversidade, trabalho degradante e recursos públicos, conforma um processo de acumulação primitiva (MARTINS, 2012) ou acumulação por espoliação (HARVEY, 2004).

GRANDES EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS

Logo após o golpe empresarial-militar de 1964 o presidente-ditador Castelo Branco contratou, sem licitação, a força aérea dos EUA para fazer o mapeamento aerofotogramétrico do território brasileiro. Por meio desse estudo, se levanta, entre outros, a possibilidade de reservas minerais.

Em 1966 a norte-americana Union Carbide “descobriu” reservas de manganês em Marabá-PA. No ano seguinte, a também estadunidense U.S. Steel encontrou “acidentalmente” as reservas de ferro de Carajás (Sudeste paraense), as maiores a céu aberto do planeta. O geólogo Breno dos Santos, que estava no helicóptero que “por acaso” pousou na mina que se descobriu, afirmou que “foi destino, sorte [...]. Carajás foi a última descoberta romântica da história da geologia” (VALE, 2017). Foram descobertas ainda reservas de bauxita (matéria-prima do alumínio) em Oriximiná-PA pela Alcan (empresa originalmente canadense) e em Paragominas-PA.

Foi formada uma associação entre a estatal brasileira Companhia Vale do Rio Doce e a U.S. Steel, mas a mineradora norte-americana não estava interessada em explorar o ferro amazônico de imediato, pois tinha outras minas em operação em outros lugares. (LEAL, 2010; MARQUES, 2012)

O governo brasileiro, então, indenizou a U.S. Steel e a Vale do Rio Doce passou a organizar a estrutura de exploração das minas de Carajás. Foram montadas as infraestruturas da mina, estrada de ferro (de 892 km de extensão) e o porto de exportação em São Luís-MA.

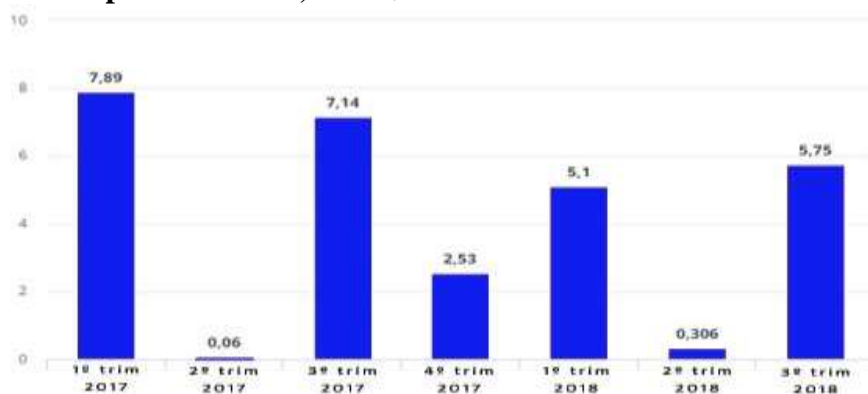
Para explorar as minas de bauxita de Oriximiná foi formada uma empresa, a Mineração Rio do Norte (MRN), na qual a Companhia Vale do Rio Doce era a principal acionista. Outras grandes transnacionais também entraram na composição do capital da MRN. Para beneficiar a bauxita, ou seja, transformá-la em alumínio, foram estruturados dois projetos trabalhando em complementaridade: a Albrás e a Alunorte em Barcarena-PA.

O alumínio paraense interessava aos japoneses que haviam passado pela elevação dos seus custos de produção por causa da subida dos preços do petróleo nos anos 1970, fazendo subir o preço da energia elétrica. Assim, os nipônicos queriam alumínio barato, mas para que a Albras-Alunorte o vendesse nessas condições teria que receber energia barata. O que fez o governo brasileiro? Construiu a maior hidrelétrica 100% nacional, a hidrelétrica de Tucuruí, que alagou milhares de quilômetros de floresta, expulsando a população local.

A hidrelétrica fornecia energia subsidiada à Albras-Alunorte. O preço era bem menor que o pago pelos consumidores locais. Com isso, podia-se baixar o preço do alumínio, beneficiando o principal interessado: o Japão. Os custos da construção da hidrelétrica recaíram sobre o governo brasileiro. Os custos sociais ficaram sobre a população local. Outro empreendimento de beneficiamento da bauxita foi montado em São Luís-MA (Alumar) e também recebeu energia subsidiada de Tucuruí.

Todos estes empreendimentos entraram em operação no decorrer dos anos 1980. Em 1997 a companhia Vale do Rio Doce foi privatizada por R\$ 3,3 bilhões, mas suas reservas não entraram no cálculo de privatização, ou seja, foram entregues de graça. Acontece que somente em reservas de ferro a empresa tinha comprovado 12,9 bilhões de toneladas naquele momento.

Lucro líquido da Vale por trimestres, em R\$ bilhões



Fonte: Vale

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do governo federal, abriu linhas de crédito a juros baixíssimos para que a Vale pudesse expandir seus negócios. Atualmente, o dinheiro que foi pago pela companhia corresponde ao lucro de alguns poucos meses da empresa. No terceiro trimestre de 2018 o lucro líquido da companhia foi de R\$ 5,753 bilhões destinado aos acionistas.

Até 1990 o ouro se destacava nas exportações paraenses. Desde então cresceu o ferro e outros minerais, tornando-se mais expressivos. A exploração de ouro na Amazônia foi marcada pelo garimpo tradicional, mas também pela grande empresa. Nos anos 1970 e 1980 centenas de garimpos foram sendo abertos em todos os estados da região, em alguns casos convivendo (não sem conflito) com a

grande empresa, como foi o caso do Amapá no garimpo do Lourenço com as mineradoras Novo Astro e Yoshidome (MARQUES, 2019). Os danos ambientais e sociais da extração do ouro eram e são enormes: poluição dos rios (com mercúrio e outros rejeitos, derrubada da floresta, violência, prostituição, etc. A maior mina encontrada foi a da Serra Pelada, que atraiu um exército de garimpeiros para a área que veio a constituir o que atualmente é o município de Curionópolis. A extração de ouro ainda atinge um grande número de municípios paraenses na atualidade, com destaque para a região do Tapajós (Oeste do Pará). Nos últimos anos, grandes mineradoras implantaram e estão implantando projetos extrativos desse minério.

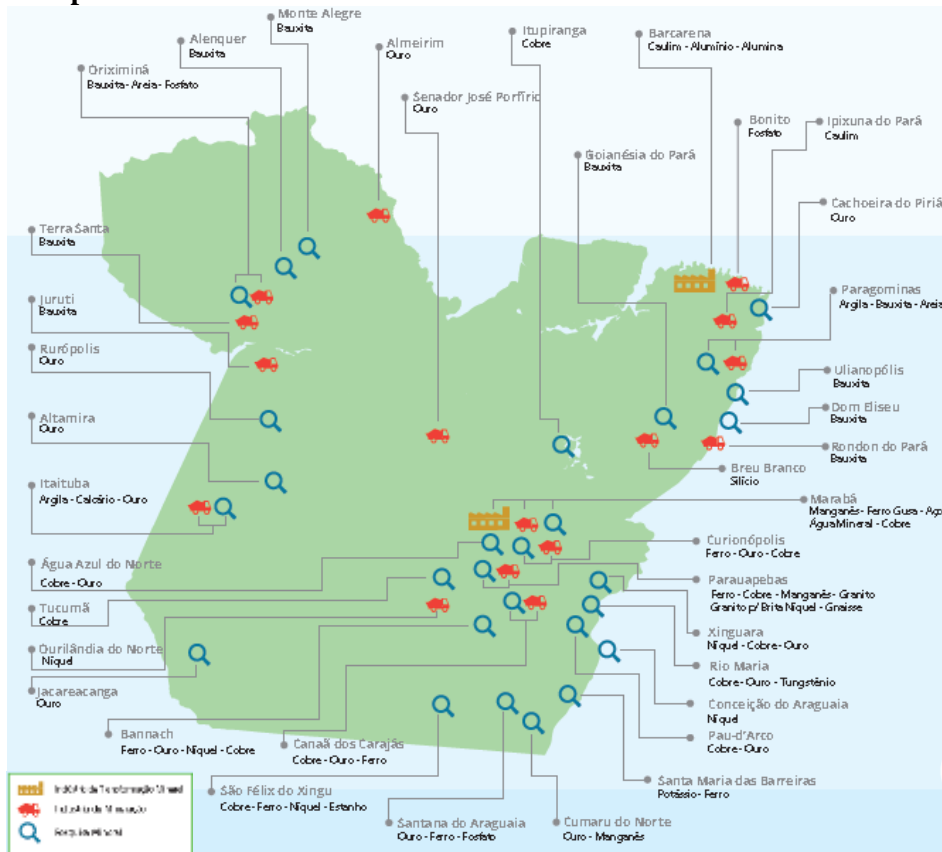
ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA

Nos anos 2000 a extração mineral continuou a se expandir na Amazônia, e especificamente no Pará. Novos empreendimentos continuam sendo montados em diversos municípios, incluindo aqueles que já abrigavam projetos de extração ou beneficiamento (Parauapebas e Barcarena, por exemplo) e novos municípios mineradores: Canaã dos Carajás, Primavera, Juruti, entre outros. Entre os empreendimentos mais expressivos em implantação, o Simineral (2018) cita a produção de fosfato (no município de Santana do Araguaia), projeto Alumina (Rondon do Pará), Níquel (Conceição do Araguaia), cobre (Tucumã) e ouro e cobre (Água Azul do Norte). Para os novos empreendimentos se estima um investimento de US\$ 15 bilhões. A região de Carajás deve receber quase 80% e o Tapajós em torno de 20%.

Projetos infraestruturais estão em andamento, como é o caso do porto de Miritituba em Itaituba-PA e da ampliação dos portos de Barcarena e projetos de novos portos. Duas ferrovias estão em planejamento e deverão cortar o território paraense: a Ferrovia Paraense S/A, que ligará o Sudeste Paraense, na fronteira com o Mato Grosso, até Barcarena (próximo a Belém) e a Ferro-Grãos no Oeste do Pará. Ambas em negociação com o capital chinês, que as explorará. A isso, se soma a construção das hidrelétricas, como Belo Monte e do rio Madeira (Rondônia), que também respondem ao interesse de mineradoras e do agronegócio.

Outros rearranjos ocorreram, mudando a composição acionária de alguns empreendimentos. Foi o caso do caulim, onde a belgo-francesa Imerys aumentou sua participação no Pará e no Brasil comprando a Pará Pigmentos S/A, originalmente da Vale. A companhia Vale também vendeu sua participação acionária majoritária na Albrás e Alunorte para a estatal e transnacional norueguesa Norsk Hydro, recebendo na negociação 22% do capital desta.

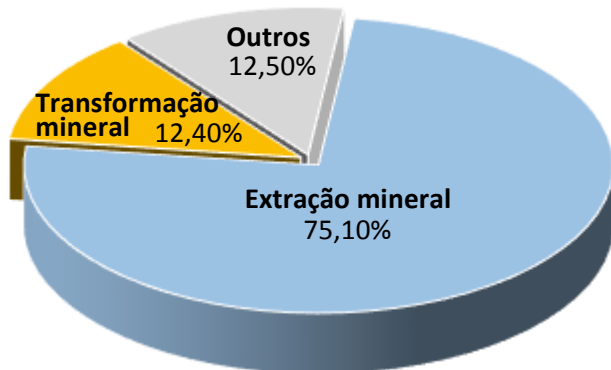
Mapa Mineral do Estado do Pará



Fonte: Simineral, 2018.

Mas apesar de toda esta diversidade mineral, a mineração paraense é concentrada em alguns poucos produtos (com destaque para o ferro) e em pouquíssimas empresas, destacadamente a companhia Vale. Também se concentra na extração mineral, onde praticamente não ocorre processos de beneficiamento. A extração, proporcionalmente, gera pouquíssimos empregos quando comparada à indústria de transformação mineral.

Exportações paraenses 2017



Fonte: MDIC, 2018.

Em termos de valor, de tudo que o Pará exportou em 2017 um total de 75,10% foram decorrentes da indústria extrativa mineral e 12,40% foram da indústria de transformação. Somente o

ferro respondeu por 54% do valor total das exportações do estado, seguido pelo alumínio (e seus produtos correlacionados) e o cobre.

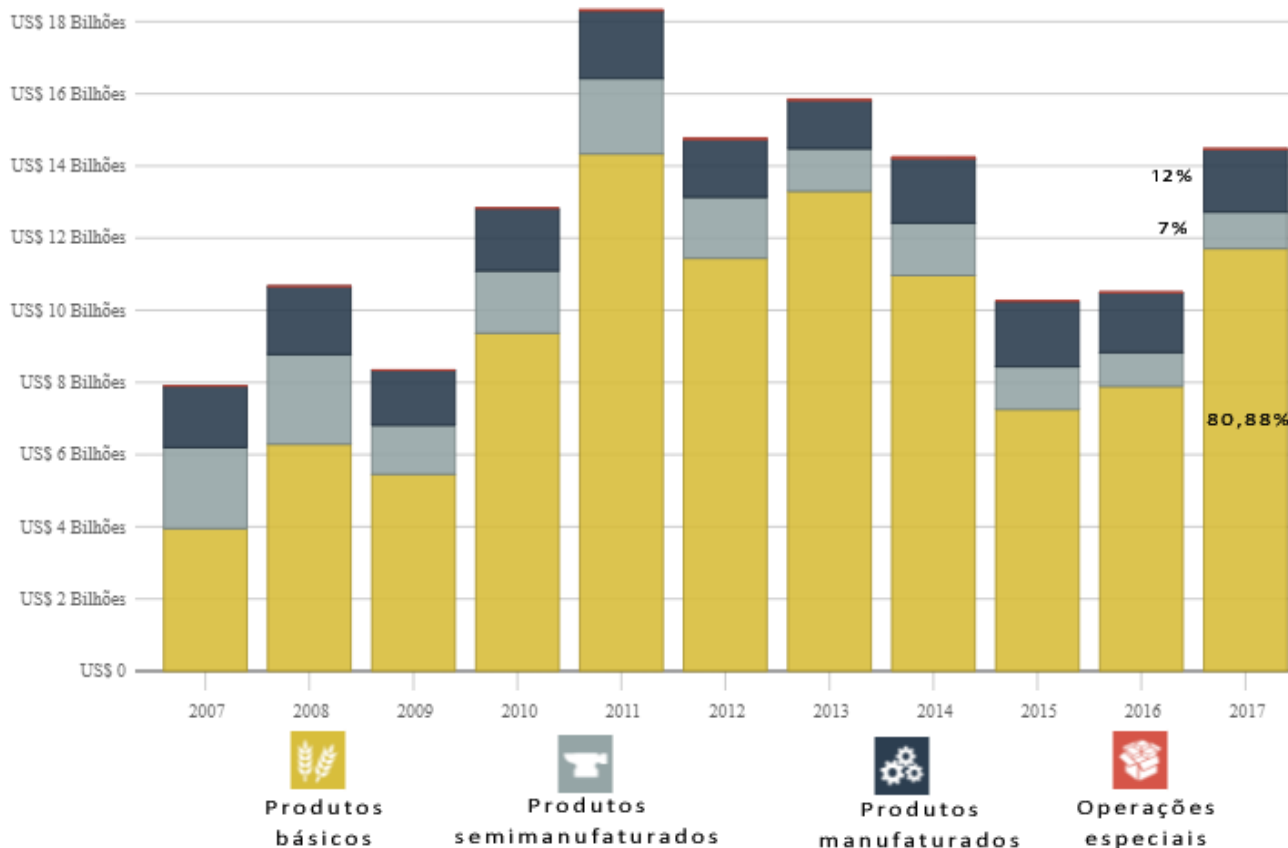


Fonte: MDIC, 2018.

Essa configuração se expressa na composição dos produtos exportados. A médio e longo prazo tem aumentado a proporção de produtos básicos no montante das exportações. Em 2017 esse tipo de produto (do qual o ferro se destaca) representou 80,88% das vendas externas. Os produtos semielaborados (alumínio primário, por exemplo) somaram 7% e os manufaturados 12%. Pouca participação têm as operações especiais. O que isso significa? Exportamos produtos sem industrialização, com baixa agregação de valor, ou seja, que apresentam baixo preço (que em alguns casos fica abaixo de seu valor).³

³ Preço é uma expressão do valor da mercadoria, mas não é necessariamente exata. Pode coincidir, ficar acima ou abaixo. Quando o preço se apresenta abaixo do valor, o produtor está perdendo valor, a não ser que consiga alguma forma de compensação, como um favor fiscal do Estado.

Exportações Paraenses por fator agregado, 2007-2017, em US\$ bilhões



Fonte: MDIC, 2018.

A indústria paraense historicamente tem apresentado pouca capacidade de expansão para outros setores que não sejam a indústria mineral. Aproximadamente 3,5 décadas após a entrada em operação dos grandes empreendimentos minerais, a expansão da produção industrial do estado ainda se mantém refém da extração mineral. O gráfico a seguir comprova essa afirmação, pois entre 2011 e 2016 enquanto esta última acumula grandes aumentos na sua produção física, a indústria de transformação registra forte movimento inverso.

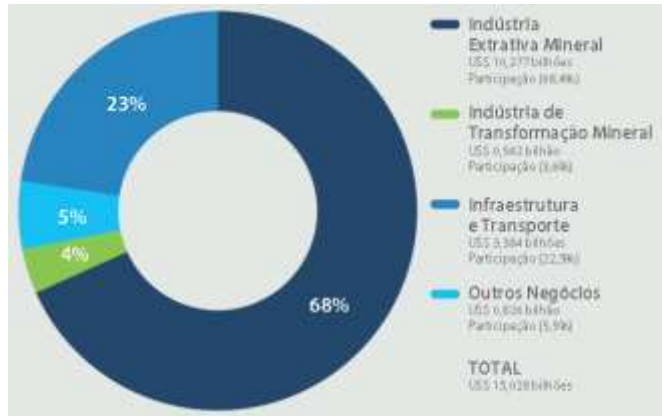
Variação da produção física da indústria paraense, 2011-2016, (%)



Fonte: Fapespa/Boletim da Indústria

Esse quadro, lamentavelmente, tende a não se alterar. Analisando os investimentos planejados pela indústria mineral no estado paraense, constatamos que eles majoritariamente se concentram nas indústrias de extração, somando 68% dos investimentos. Apenas 4% serão destinados à transformação mineral. Dessa forma, a economia local tende a se manter como uma economia primário-exportadora.

Projeção de investimentos da indústria mineral no Pará 2014-2023



Fonte: REDES/FIEPA; Simineral, 2018.

INTENSIFICAÇÃO DA EXTRAÇÃO MINERAL: GERAÇÃO DE LUCROS E REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA

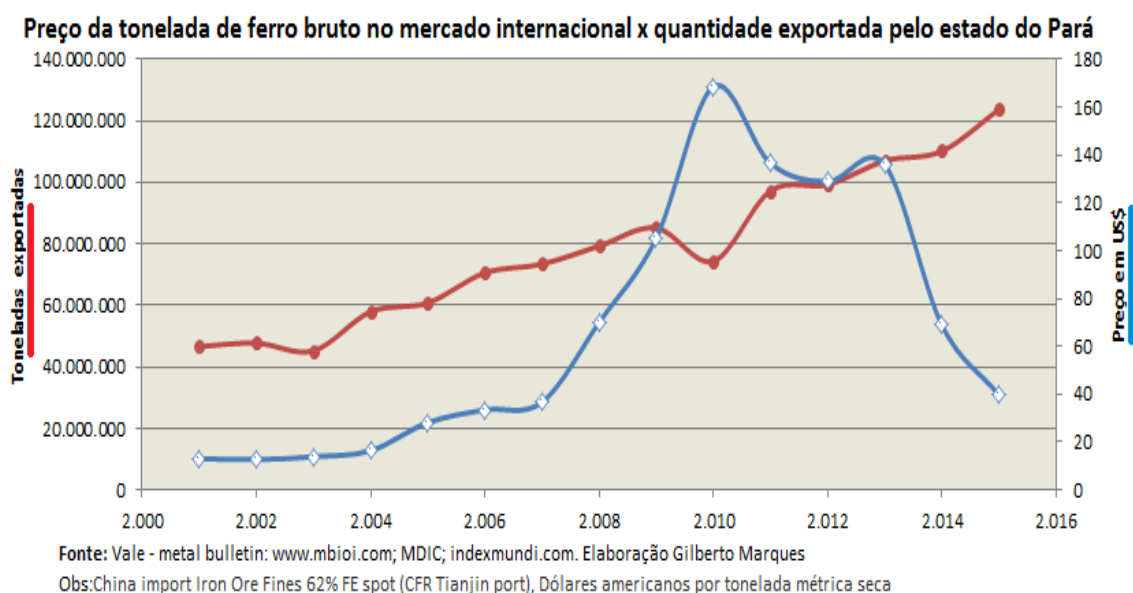
Um problema adicional que decorre do quadro que estamos apresentando é que a indústria de extração mineral pouco gera emprego quando comparada às demais. A cadeia produtiva da mineração contou com 279.678 empregados em 2017, mas destes apenas 20.563 estavam na indústria extrativa.

Geração de empregos diretos e indiretos na cadeia produtiva da mineração no Pará



Fonte: TEM/Caged; Simineral, 2018

Afora isso, as mineradoras, particularmente a Vale, têm intensificado a extração mineral. O ferro de Carajás levou 20 anos (desde 1985) para alcançar 1 bilhão de tonelada extraída. Atualmente já atinge isso em 5 anos e deve se reduzir a menos de 4 anos a partir de 2019-2020. Qual o resultado? Essa intensificação também é acompanhada da terceirização de grande parte das atividades. Os trabalhadores ficam mais explorados, seja pelo aumento da intensidade do trabalho, seja pela contratação de trabalhadores terceirizados que recebem menores salários e têm menos garantias sociais. O segundo resultado, de proporções mais alarmantes ainda, é que as reservas tendem a se esgotar mais rapidamente. Mesmo quando os preços do minério caem no mercado internacional, uma das políticas adotadas pelas mineradoras tem sido o aumento da extração para evitar uma queda (ou diminuí-la) no faturamento (veja o gráfico a seguir). Assim, lamentavelmente o esgotamento das reservas fica mais próximo.



O gráfico, entre outros, nos leva a destacar dois processos: a ocorrência da renda fundiária (na forma de renda mineral) e a reprodução da dependência.

Marx (1988) em *O Capital*, livro III, elucidou o debate sobre a renda fundiária, no qual nos sustentamos para analisar o caso amazônico. As terras mais férteis e minas com maior quantidade e qualidade do minério, assim como mais próximas do mercado, tendem a ter um ganho maior que as demais. Essa diferença de rendimento (ou lucro excedente, extra, suplementar) conforma a *renda diferencial I*. As terras de pior qualidade serão postas em produção quando o aumento da demanda pelos produtos agrícolas (ou minerais) assim o exigir. Resultado: é a pior terra quem determina o preço regulador da produção e a renda fundiária. As terras de melhor fertilidade terão um custo menor, garantindo um lucro suplementar, pois seu preço individual de produção é menor que o preço geral da agricultura – com o qual suas mercadorias são vendidas no mercado. Deste modo, o excedente de lucro (suplementar) sobre o lucro médio se configura em renda diferencial.

Mas o produtor pode investir mais capital numa mesma terra (maquinários, insumos, irrigação, silos, sistemas de transporte que aproximem sua produção do mercado, etc.) ou mina (nesse caso, em maquinário ou em logística⁴). Esse investimento tende a aumentar a produtividade e gerar mais lucro ao capitalista sobre a mesma quantidade de terras (comparada às terras de igual fertilidade dos concorrentes e àquelas de piores condições).⁵ Isso possibilita aumentar o rendimento do capital investido na terra, originando uma outra forma de renda fundiária, a *renda diferencial II*. Parte desse investimento fica incorporado ao terreno e funciona como diferencial de fertilidade (mesmo que decorrente do capital, portanto não natural), aumentando a produtividade da terra em questão. Os valores adicionais dessa produção podem ser apropriados na forma de renda. Nas mãos do produtor capitalista, essa renda se transforma em lucro extra (ao mesmo tempo em que ela também é produto dele).

No caso da produção de soja na Amazônia, o baixo preço das terras se transforma em um instrumento a mais de elevação dos lucros, além de possibilitar que produtores de menor quantidade de capital (mas não pequenos produtores) e/ou menor produtividade possam fazer parte da produção. Afora isso, o investimento em logística (ferrovias, hidrovias, silos e portos) tem possibilitado exportar grande parte da soja do Mato Grosso e do Mapitoba pela região amazônica, reduzindo os custos de transporte. Com o escoamento amazônico, a soja já sai no oceano Atlântico acima do país. Presencia-se, nestes casos, a ocorrência da renda diferencial I e, principalmente, II.

As minas de ferro de Carajás contam com minério de maior teor (algo próximo a 67%), superior ao ferro de Minas Gerais, China e Austrália. Elas também têm ferro mais próximo da superfície, facilitando e reduzindo os custos da extração. Nesses termos, há a ocorrência da renda diferencial I. Por outro lado, o investimento em capital constante (aumentando a composição orgânica do capital) tende a ser um elemento a mais de redução dos custos do empreendimento em si, elevação da produtividade do trabalho e do lucro, produzindo lucro extra. São máquinas mais modernas e com maior capacidade de extração, esteiras de transporte do minério, mineroduto (no caso da bauxita e caulim em outras regiões do Pará), ampliação e modernização das estradas de ferro (e dos trens), portos e navios. Ademais, isso diminui os custos de transporte até os principais compradores, que estão na Ásia, mais que compensando a pequena distância do minério australiano (e mesmo chinês).⁶ Nestes casos, ocorre a renda diferencial II.

Quando a demanda internacional pelo ferro (e outros minérios e grãos produzidos na Amazônia) aumenta, outras terras/minas menos férteis/produzidas tendem a entrar em produção,

⁴ Estradas de ferro, portos, navios, etc., que diminuem custos, aceleram e aumentam o volume transportado.

⁵ Esse investimento pode até apresentar um rendimento menor que o daquela que até então era a pior terra, mas ele será efetivado desde que gere lucro.

⁶ Essa compensação também é facilitada pelas condições naturais das minas paraenses.

aumentando a diferença entre as melhores (das quais as minas amazônicas fazem parte) e as piores. Essa maior diferença significa que a renda fundiária pode aumentar, beneficiando ainda mais a Vale e outras mineradoras assentadas na região. Na medida em que controlam tudo (ou quase), estas companhias têm condições para se apropriar do lucro médio, do lucro extra e da própria renda fundiária.

Vejam rapidamente outra dimensão da apropriação da riqueza local. Na economia-mundo capitalista há uma desproporção entre países. Algumas, nações centrais, dispõem de mais capital e controle de tecnologia (além de poder político e/ou militar). Configura-se uma situação na qual a dinâmica de uma nação ou região fica subordinada à dinâmica de outra nação/economia que se alimenta de parte do valor produzido na primeira. A nação central (imperialista) dinamiza sua economia, enquanto a periférica vê aumentar suas contradições e dependência (MARINI, 2005, 2012; DOS SANTOS, 2015). Essa noção é a base da Teoria Marxista da Dependência

As nações dependentes sofrem com a troca desigual: vendem produtos primários (alimentos e matérias-primas) e compram industrializados. Vendem suas mercadorias por preços reduzidos e compram mercadorias industrializadas por preços elevados. Por trás da diferença de preços ocorre uma transferência de valor. Parte do valor (da mais-valia) produzido na economia periférica migra para a economia central, que consegue reduzir o preço dos elementos (principalmente alimentos) que compõem o valor de sua força de trabalho, aumentando seus lucros. Com isso, cria-se condições para que as nações dominantes possam continuar inovando tecnologicamente sua produção (estimulando a produção da mais-valia relativa e extra). A burguesia local busca compensar esta perda aumentando a exploração do seu trabalhador: aumento da jornada e/ou da intensidade do trabalho e/ou redução do salário, recompondo a mais-valia que havia perdido.

A Vale e outras mineradoras nas últimas décadas têm aumentado a exploração do trabalhador, entre outros, por conta da substituição do trabalhador diretamente contratado por elas por trabalhadores terceirizados. O trabalhador nessas condições é precarizado, recebe menos e tem menos garantias sociais. Resultado: há maior extração de mais-valia e maior ganho das empresas.⁷

O Estado também contribui para isso. A adoção de políticas que intensificam a precarização do trabalho (a Lei das terceirizações e reforma trabalhista) e reformas previdenciárias (reduzindo direitos) ajudam as empresas a aumentar seus ganhos e conseguir melhores condições de enfrentar suas concorrentes externas. Mais do que isso: a isenção de impostos sobre os produtos básicos (commodities agrícolas e minerais) significa que o Estado abre mão de parte da mais-valia que cabia a ele na forma de impostos. Se isso contribui para reduzir o preço do produto “brasileiro” na disputa

⁷ O que pode significar ou não superexploração do trabalho, que é a situação em que o montante pago ao trabalhador fica abaixo do valor da força de trabalho, ou seja, das mercadorias até então necessárias à reprodução normal de si e de seus dependentes (DOS SANTOS, 2015; MARINI, 2005). A intensificação ou prolongamento da jornada de trabalho também são elementos que levam à superexploração.

no mercado mundial, mantido o mesmo (ou até maior) lucro das empresas que estão no Brasil, ocorre uma transferência de valor produzido no país para as economias que compram este produto. A empresa transnacional (de origem estrangeira ou brasileira – como a Vale) em território nacional ganha, a economia central ganha, o Brasil perde.

O barateamento dos produtos básicos (commodities agrícolas e minerais) exportados pela Amazônia também contribui para a diminuição do gasto que as economias centrais têm com o capital constante (nesse caso específico, com matérias-primas). Em situações de crescimento econômico, isso leva ao aumento dos lucros. Em momentos de crise, ajuda a contrabalançar a queda das taxas de lucro, contribuindo para a saída da recessão nas economias dominantes.

Nesses casos relatados até aqui, observamos a ocorrência da mais-valia extra, que leva ao lucro extra. Também verificamos a existência da renda fundiária. Mas não esqueçamos que a origem disso é a apropriação do trabalho excedente do trabalhador pelo capitalista.

Quando a Vale foi privatizada em 1997 se avaliava que suas reservas em Carajás seriam suficientes para quatro séculos de exploração. Atualmente o cenário mais otimista que a companhia apresenta é de em torno de 2060. O que acontecerá com Paraúpebas-PA, por exemplo, quando as minas se esgotarem? Seguirá o mesmo destino de Serra do Navio no Amapá?

A economia local acaba sendo monopolizada por algumas poucas empresas. Em 2015 de tudo que a região Norte exportou 37,34% foi por meio da Vale. Mas essa proporção é ainda maior por conta de sua presença em outros empreendimentos. Seguiu-se a ela Alunorte (11,31%), Salobo Metais (7,52%) e Albrás (4,10%).

Em se tratando especificamente de extração, em 2016 a Vale concentrou 69,76% do valor produzido no Pará e ela ainda contava com a participação em outras produções, como é o caso da Mineração Rio do Norte que extrai bauxita na região do rio Trombetas (Oriximiná-PA).

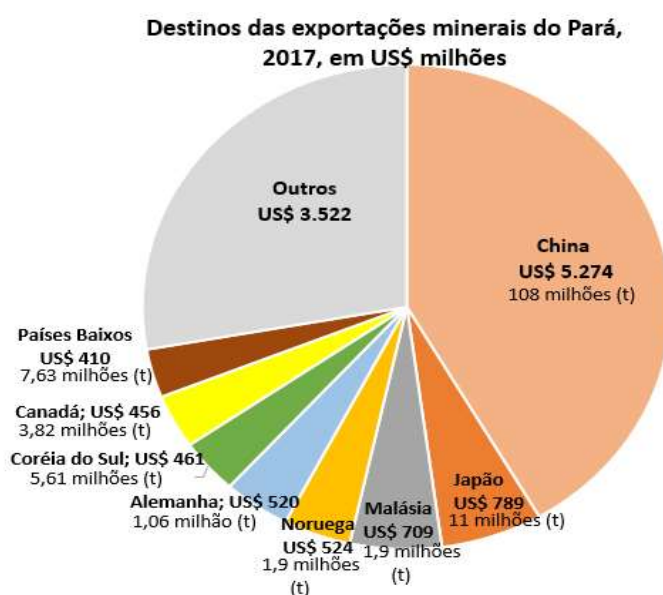
Principais empresas mineradoras no Pará, 2016

Empresas	Principais Substâncias Produzidas	Participação (%) ¹
1 Vale S/A	Cobre, Ferro, Manganês, Níquel, Ouro (Primário)	69,76
2 Salobo Metais S/A	Cobre, Ouro (Primário)	12,69
3 Mineração Rio do Norte S/A	Bauxita Metalúrgica	5,32
4 Mineração Paragominas S/A	Bauxita Metalúrgica	4,38
5 Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	Bauxita Metalúrgica	2,07
6 Imerys Rio Capim Caulim S/A	Caulim	1,60
7 Mineração Buritirama S/A	Manganês	0,75
8 Avb Mineração Ltda.	Cobre, Ouro (Primário)	0,68
9 Serabi Mineração S/A	Cobre, Ouro (Primário), Prata (Primária)	0,61
10 CADAM S/A	Caulim	0,52
11 Pará Pigmentos S/A	Caulim	0,30
12 CBE - Companhia Brasileira de Equipamento	Argilas Comuns, Calcário, Caulim, Gipsita	0,13
13 Cooperativa dos Garimpeiros do Estado de Rondônia - COOGER - Ltda.	Cassiterita (Secundária)	0,11
14 Geoterra Serviços e Mineração Ltda.	Brita e Cascalho	0,10
15 Monte Granito Mineração e Comércio Ltda.	Brita e Cascalho	0,10

Fonte: DNPM; SIMINERAL, 2018.

O quadro fica mais gritante quando se analisa a composição acionária da empresa. Seu relatório de desempenho apontou que em dezembro de 2015 um conjunto de 46,3% de seu capital total já se encontrava formalmente nas mãos de não brasileiros, o que reforça o papel da mesma como transnacional, ao mesmo tempo em que reforça a transferência de valor da Amazônia, pois o capital da Vale remunera acionistas de fora da região e do país.

A produção mineral paraense se destina a muitos países, mas alguns concentram este comércio com o Pará, é o caso da China e Japão, principalmente. Como é a produção mineral que hegemoniza as exportações locais, são esses países que também concentram as vendas externas da mineração paraense. Em 2017 a China comprou 42% de todas as vendas minerais do Pará. Foi seguida por Japão, Malásia, Noruega, Alemanha, Coreia do Sul, Canadá e Países Baixos. O ferro é vendido para 22 países, mas principalmente para a China, seguida por Malásia, Japão, Holanda, Coreia do Sul, França e Turquia. A alumina é comprada particularmente pela Noruega (país de origem da Norsk Hydro, acionista majoritária da Albras-Alunorte), seguida por Canadá, Islândia, Catar e Rússia. O Japão concentra as compras do alumínio, sendo seguido por Holanda, México e EUA. Ainda sobre a China, ela se interessa principalmente pelo Ferro. Em 2017 esse país comprou US\$ 4,85 bilhões em ferro paraense, seguiram-se outros minérios de manganês (US\$ 222 milhões), soja (US\$ 212 milhões) e pasta química de madeira (US\$ 155 milhões).



Fonte: MDIC; Simineral, 2018.

Um dos resultados desse comércio é que o Pará se apresenta como um dos maiores exportadores do Brasil. Em 2017 ele registrou um superávit (saldo positivo) de US\$ 13,5 bilhões em sua balança comercial, ficando atrás apenas de Minas Gerais.

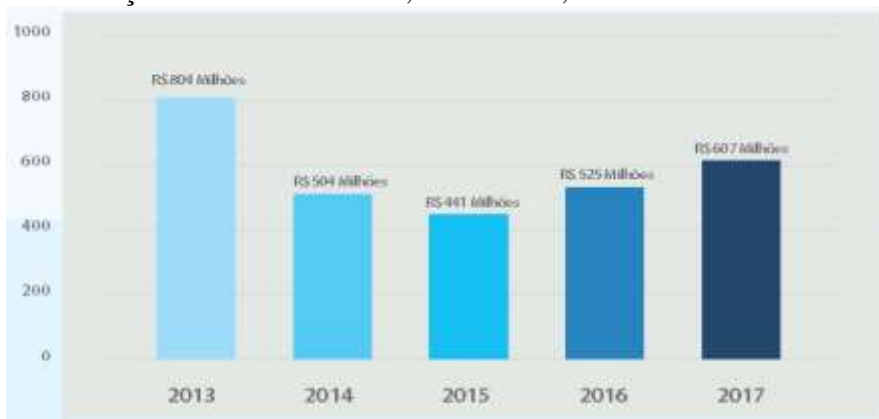
Saldo da balança comercial paraense, em US\$ milhões, 2017

Exportações	Importações	Superávit
14.484,26	965,92	13.518,34

Fonte: MDIC, 2018.

A enorme massa de extração que sustenta o comércio de minérios do Pará gera um volume grande de CFEM, mas proporcionalmente pequeno quando comparado ao ganho das companhias e às necessidades da população local. As informações do IDH 2013 (com dados do Censo Demográfico de 2010/IBGE) informaram que o Pará era o antepenúltimo colocado em desenvolvimento humano entre todas as unidades da federação brasileira e ainda contava com o município com pior desenvolvimento (Melgaço) entre todos os do Brasil.

Arrecadação da CFEM no Pará, 2013-2017, em Reais



Fonte: DNPM; SIMINERAL, 2018.

O governo do Pará dividiu o estado em 12 regiões de integração para efeito de planejamento. A Fapespa (Fundação Amazônia de Amparo à Estudos e Pesquisas) reuniu dados de fontes diversas e constatou que a região de Carajás (que abriga a extração de ferro, cobre, manganês e outros minérios) é a que tem o maior PIB per capita do estado, mas é a que tem a menor expectativa de vida e é a mais desigual (tem o maior índice de Gini, que é o que mede essa desigualdade).

O Pará ocupa a posição de segundo maior estado minerador do Brasil, e continua expandindo aceleradamente a extração de seus recursos. Fato recente foi a entrada em operação da mina S11D em Canaã dos Carajás (dezembro de 2016), um dos maiores investimentos da história da Vale. Mas, tal qual outros, destina-se tão somente a extrair minério, tendo pequena capacidade de agregação de valor e geração de emprego local.

Um pouco antes, e no cenário de expansão da extração mineral paraense, o governo estadual elaborou o Plano de Mineração do Estado do Pará 2014-2030 (PEM-2030). Segundo as estimativas contidas no plano, as exportações de minerais e metais no estado passarão de 116 milhões para 300 milhões de toneladas entre 2010 e 2030. A projeção de crescimento da atividade mineral no Pará vem acompanhada da descoberta de novas minas, da introdução de novas tecnologias, especialmente para as grandes minas que buscam aumentar a escala de produção, assim como da entrada de novos municípios na extração mineral.

O Pará conta com 55 municípios que já constataram minas em seu território. A previsão para 2030 é de que mais de 80 municípios no estado estejam abrigando a mineração (PEM-2030). Entre

os processos minerários, os que mais se destacam em termos de quantidade são os requerimentos de pesquisa. Embora, eles não garantam o direito de acesso ao subsolo, são um forte indício do grande interesse por áreas de extração mineral no estado (veja o mapa elaborado para este estudo).

A proposta contida no plano para a mineração no Pará é a integração vertical e horizontal das cadeias produtivas minerais. Esta integração possibilitará, na compreensão de seus elaboradores, ampla gama de oportunidade de negócios, favorecendo a multiplicação de empreendimentos empresariais e dinamização da economia regional. A articulação vertical e horizontal das cadeias induzirá agregação de valor e maior ingresso de recursos financeiros e circulação e distribuição de riqueza na região em que as atividades são desenvolvidas.

Ainda que veja desafios, o plano é otimista em relação ao papel que a mineração cumprirá ao desenvolvimento estadual. A gama de investimento na indústria de extração e de transformação mineral exercerá significativos impactos na economia paraense. Mas, segundo a formulação, é necessário implementar políticas que potencializem os efeitos positivos gerados pela incrementação da produção minero-metalúrgica. A infraestrutura logística foi evidenciada pelo PEM-2030 como condição indispensável para garantir a viabilidade da expansão da produção mineral, assim como possibilitará, segundo os formuladores e gestores do plano, que esta atividade econômica se torne efetivamente um vetor de desenvolvimento socioeconômico para as diferentes regiões do Pará.

PEM-2030 busca definir regras para a mineração em unidades de conservação (UC's), e como exemplo desta questão destaca que “os principais empreendimentos minerais do Estado (MRN e Vale) estão dentro de UC's, o que demonstra longo histórico de convivência entre a atividade considerada de alto potencial impactante com áreas de especial equilíbrio ecológico” (PEM, 2014, p. 151).

Lamentavelmente, o otimismo do plano se choca com a realidade, a começar pela limitação de recursos para alterar efetivamente o curso da grande mineração industrial no Pará. Mas, talvez mais importante ainda, é a falta de um projeto político de transformação social que coloque a mineração como parte do verdadeiro desenvolvimento local. Atualmente, os grandes empreendimentos têm uma capacidade muito alta de alterar as dinâmicas locais – em alguns casos mais do que o próprio estado, que é chamado quando os impactos socioambientais se generalizam e ele tem que dar repostas às demandas geradas pelos empreendimentos: saúde, educação, segurança, etc.

A verticalização mineral, diferentemente do que afirma o plano, tem sido insuficiente para gerar desenvolvimento social. O pouco que se tem mostra um caminho inverso, é o que acontece em Barcarena-PA, com o aumento do emprego precário, prostituição, violência, desestruturação de comunidades locais e despejos de rejeitos minerais em rios e matas, entre outros.

Mesmo o caso apresentado como exemplo de protagonismo da comunidade local, a extração de bauxita sobre o PAE Juruti Velho, desde o seu início vem sendo (e permanece) marcado por muitos conflitos e tensões entre a empresa e a comunidade. Quem tem lucrado é a empresa. Ainda falta muito para falarmos de sustentabilidade na mineração no Pará e os instrumentos indicados pelo governo estadual não nos parecem suficientes para reverter esse quadro.

MINERAÇÃO SOBRE TERRAS INDÍGENAS E DE RESERVA: A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIÇÃO

O tempo do capital é antes de tudo, o tempo da contradição não apenas quanto à relação capital versus trabalho, mas também contradições no desenvolvimento de determinados processos sociais e produtivos. Neste sentido, o capital tanto pode extinguir relações sociais que limitam sua reprodução ampliada, como pode reforçar ou recriar relações que aparentemente não correspondem a ele, como é o caso das diversas formas de trabalho sob coação ou superexploração. Ainda que pareçam as mesmas relações do passado, quando recriadas pelo capital, têm novo conteúdo e sentido, decorrentes do fato de estarem mediadas pelo capital em sua busca pelo lucro e reprodução ampliada.

Assim, segundo Martins (2012), a superexploração (pondo em questão a reprodução do trabalhador) assegura a reprodução ampliada de capital. Ela incorpora elementos de produção do capital e, por isso, pode ser concebida como acumulação primitiva, ainda que não se apresente visivelmente como uma relação tipicamente capitalista mediada pelo capital em oposição ao trabalho assalariado.

Tal qual Martins, Harvey (2004) também adota a noção de acumulação primitiva, mas amplia bastante sua abrangência. Baseado em Hannah Arendt, Harvey acredita que os processos que constituíram a acumulação primitiva (roubo, por exemplo) têm que se manter para que a acumulação de capital não se encerre repentinamente.⁸ Isso se apresenta como algo “exterior” que estabiliza e alimenta a expansão capitalista. Mas o autor observa que parece estranho nominar de primitivo um processo que continua a se reproduzir na contemporaneidade. Por isso, usa a denominação de acumulação por espoliação.

Assim, constata-se nas décadas recentes elementos da acumulação primitiva ou originária de capital presentes no momento de constituição do capitalismo, tal qual exposto por Marx:⁹ mercantilização e privatização da terra, expulsão violenta de populações camponesas, transformação (privatização) daquilo que era de direito comum (ou do Estado) em propriedade privada (é o caso de

⁸ As teses de Harvey não são consensuais. Virgínia Fontes (2010) critica a tese da produção de novas externalizações pelo capital para enfrentar as pressões decorrentes da sobreacumulação e, com isso, garantir a sua expansão. Fontes questiona também e principalmente a ideia de acumulação por espoliação, reforçando a noção de expropriação.

⁹ “Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até nossos dias” (HARVEY, 2004, p. 121).

terras comuns), mercantilização da força de trabalho e extinção de formas alternativas (autóctones) de produzir e consumir, emergência de trabalho escravo, processos neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (incluindo recursos naturais), dívida nacional e, no extremo, o sistema de crédito.

A esses elementos de acumulação por espoliação, Harvey constata novos mais: biopirataria e pilhagem de recursos genéticos pelas grandes indústrias, destaque aos direitos de propriedade intelectual, degradação dos recursos naturais e dos habitats (mercantilizando ainda mais a natureza), mercantilização de formas históricas, culturais e da criatividade intelectual, corporativização e privatização dos bens públicos (universidades, serviços públicos, terras e água), e retrocesso da regulação trabalhista e devolução de direitos comuns de propriedade conduzidos por políticas neoliberais. Outros mecanismos da acumulação primitiva, já destacados por Marx, foram aprimorados, desempenhando atualmente um papel mais destacado ainda que no passado. É o caso do sistema de crédito e o capital financeiro.

Não precisamos fazer grande esforço para traçar paralelos da acumulação primitiva (ou por espoliação) com o caso amazônico: trabalho escravo, usurpação de terras do Estado, expulsão de camponeses, índios e quilombolas, apropriação e mercantilização acentuada dos recursos naturais, privatizações e hegemonia de poucos no acesso aos recursos estatais, incluindo o financiamento e isenção de impostos.

Neste sentido, por solicitação do Ibase, elaboramos um mapa cruzando os interesses minerários sobre terras indígenas, quilombolas e de reserva. Entende-se como interesses minerários: requerimento de pesquisa, autorização de pesquisa, requerimento de lavra, concessão de lavra, requerimento de lavra garimpeira e lavra garimpeira. O período abordado é de 1967, ano de adoção do código de mineração nos governos empresarial-militares, até meados de 2018. Levantou-se o conjunto dos processos minerários envolvendo a totalidade das substâncias minerais (ferro, por exemplo), desde aquelas de interesses das grandes transnacionais até aquelas exploradas por empreendimentos de pequeno porte (areia, por exemplo).¹⁰

¹⁰ Destaca-se que a quantidade de terras de comunidades tradicionais que têm mineração sobre seu território é maior que aquele que constatamos no mapa. Isso é assim principalmente porque muitas terras quilombolas ainda carecem de delimitação, sendo que algumas sequer deram início ao processo de reconhecimento. Em alguns casos a comunidade se reconhece como quilombola, mas não formalizou nenhum pedido de delimitação de suas terras. Afora isso, a lei 9.985/2000 estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza – SNUC, que define as especificidades das áreas de proteção, ou mais especificamente unidades de conservação. Estas são divididas em dois grandes grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

bauxita no rio Trombetas e, a partir de então, se intensificaram a pesquisas minerais na área, mapeando todos os municípios do entorno.

No restante do estado as áreas dos processos minerários se localizam principalmente ao longo da BR-230 (Transamazônica) e na sua parte nordeste, próximo à divisa com o Maranhão. As estradas facilitam a pesquisa e exploração mineral, mas onde elas não existem isso não representa uma barreira intransponível, pois, dependendo da reserva, compensa à grande empresa articular a infraestrutura necessária à extração das riquezas.

No que concerne seu tamanho, as áreas variam de menores que 0,01 ha até 100.000 ha, com diversos pontos de sobreposição, onde diferentes processos compartilham a mesma área. A soma das áreas dos processos minerários é de aproximadamente 52.692.562,81 ha que correspondem a 42,20% do território estadual. Entretanto, a área real coberta pelos processos (desconsiderando as sobreposições entre as áreas de diferentes processos) é de aproximadamente 46.226.068,5 ha.

Área total do estado do Pará e dos processos minerários, em hectare

Área total de processos minerários (a)	Área total do estado do Pará (b)	a/b
52.692.562,81	124.858.066,92	42,20%

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados levantados

Terras indígenas

O mapa apresenta 55 áreas e limites de Terras Indígenas (TI) que se localizam predominantemente nas porções sul, central e noroeste do estado, sendo que a maioria delas estão sobreposta por áreas de processos minerários. Esta configuração corresponde, entre outros motivos, ao processo histórico de ocupação da região e às agressões (assim como resistência) dessas populações. Parte importante dos povos indígenas da Amazônia brasileira migraram do litoral e de outras áreas para a região fugindo do genocídio que foi cometido pelo colonizador europeu. Quanto mais avançou a colonização, mais determinados povos adentraram regiões profundas da floresta.

No decorrer do século XX isso ganhou novos contornos na medida em que a colonização conduzida pelos Estado brasileiro impulsionou o movimento de pequenos migrantes e particularmente de latifundiários do Sul-Sudeste rumo à Amazônia, ocupando Goiás, Mato Grosso e o Sul e Sudeste do Pará. Isso se chocou com os povos indígenas presentes nessas áreas, gerando novo etnocídio (assassinatos de etnias inteiras), mas também levou a muita resistência e maior organização social desses povos. Isso, associado a outros fatores, como o maior engajamento de setores importantes da sociedade brasileira com os direitos indígenas, ajuda a entender a conformação, delimitação e localização das terras indígenas.

Na parte sul do Pará, os casos de sobreposição mais acentuados ocorrem nas Terras Indígenas Baú, Menkragnoti, Apyterwa e Karajá Santana do Araguaia. As TI's Kayapó, Badjonkore, Kayabi,

Maranduba e Munduruku não apresentam um nível de sobreposição tão acentuada quanto as anteriores, porém têm suas áreas cercadas por áreas de processos minerários, o que significa uma pressão sobre as mesmas. As TI's Xikrin do Rio Cateté e Sai-Cinza se encontram tanto com a maioria de suas áreas sobrepostas por áreas de processos minerários, quanto cercadas por elas.

Na parte central do estado, os casos de sobreposição que se destacam mais são nas terras indígenas: Apyterewa, Trincheira Bacajá, Arara, Arara da Volta Grande do Xingu, Juruna do km 17 e Paquiçamba. As TI's Paquiçamba e Sawré Muybu (Pimental) se encontram tanto com a maioria de suas áreas sobrepostas por áreas de processos minerários, quanto cercadas por elas.

Na parte noroeste do estado, chama atenção especial as sobreposições nas Terras Indígenas Nhamundá/Mapuera, Rio Paru Deste, Parque do Tumucumaque e Trombetas/Mapuera. As TI's Kayapó, Badjonkore, Kayabi, Maranduba e Munduruku ainda que não apresentem um nível de sobreposição tão acentuada quanto as anteriores, têm suas áreas cercadas por áreas de processos minerários. Enquanto as TI's Xikrin do Rio Cateté e Sai-Cinza se encontram tanto com a maioria de suas áreas sobrepostas por áreas de processos minerários, quanto cercadas por elas.

Unidades de Conservação

O mapa representa a área e os limites de 81 Unidades de Conservação (UC) que cobre predominantemente a porção oeste (noroeste e sudoeste) do estado, apesar de se concentrar em maior quantidade na parte leste, principalmente no Marajó e nordeste paraense.

No tocante aos casos de sobreposição das áreas de processos minerários com unidades de conservação, os mais acentuados ocorrem nas FLONAs Saracá-Taquera e Paru, REVIS Lago Mole, REBIO Maicuru – localizadas na porção noroeste do estado. Enquanto que nas FLONA's Jamanxim, Crepori, Amanã e Itaituba II e na APA Tapajós – localizadas na porção sudoeste do estado – na APA São Geraldo do Araguaia e no PES Serra dos Martírios/Andorinhas, além dos casos mais notáveis das PNM Vereda dos Carajás, PARNA Campos Ferruginosos, FLONAs Carajás, Tapirapié-Aquiri e Itacaiunas e a APA Igarapé Gelado (na província mineral dos Carajás) – localizados na porção sudeste do estado, que além de terem grande parte de sua área sobreposta, também estão “cercadas” por áreas dos processos minerários. (12.101 áreas de processos se sobrepõem às unidades de conservação)

Território Quilombola

O Mapa representa 67 áreas e limites dos Territórios Quilombolas, que se localizam na faixa norte do estado, com maior quantidade na sua porção nordeste – que concentra mais de 70% do número de territórios. Isso decorre do processo de colonização da região, pois essa foi a área que abrigou as primeiras vilas e cidades da colonização portuguesa.

Com as dificuldades (e posterior proibição) de escravização dos indígenas, o colonizador passou a concentrar o trabalho forçado sobre o trabalhador africano, transformado em mercadoria, tal qual um animal qualquer. Vicente Salles (2005) calculou que foram “importados” 53.217 escravos africanos para a região. Como estes trabalhadores eram levados para as propriedades que se localizam nas áreas de colonização mais antiga, foi aí também que ocorreram os maiores conflitos e a constituição de quilombos, dos quais muitas comunidades atuais são remanescentes.

Essa não é a área de maior incidência dos processos minerários, mas eles existem, e incidem sobre parte das terras quilombolas, direta ou indiretamente. É o caso da comunidade de Jambu-açu no município de Moju, que abriga a passagem de mineroduto e linhas de energia elétrica. Dessa forma, regiões, como é o caso do Baixo Tocantins e outras mais (com forte presença negra), ainda que não tenham sido objeto de processos minerários mais numerosos e intensos, sofrem intensamente com os desdobramentos dos empreendimentos dessa atividade, é o caso da infraestrutura e logística.

Com relação às áreas dos processos minerários, os territórios quilombolas são sobrepostos por 63 delas. Na porção nordeste do estado, os territórios quilombola Jacarequara, Jurussaca, Menino Jesus, Mucambo, Muruteuazinho, Narcisa e Santa Rita de Barreiras têm a maior parte de seus territórios (a maioria completamente) sobrepostos. O mesmo ocorre com as terras quilombolas Água Fria, Arapema, Ariramba e Peruana, porém estes estão localizados na porção noroeste do estado. Os territórios quilombola Guajará-Mirí – na porção nordeste, Alto Trombetas I, Alto Trombetas e Arapucu – também na mesma porção, têm parte considerável de sua área sobreposta por áreas de processos minerários, porém com menor percentual que os anteriores.

Os territórios quilombolas representados no mapa apresentam, de forma geral, menor quantidade de áreas sobrepostas por áreas de processos minerários que as unidades de conservação e as terras indígenas. Mas essa quantidade reduzida deve ser relativizada na medida que muitas áreas quilombolas ainda não foram reconhecidas como tal, não sendo possível delimitar seu tamanho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação da extração mineral tem gerado mais contradições sociais e também ambientais. Em fevereiro de 2018 ocorreu o vazamento de rejeitos de bauxita de uma barragem da Hydro Alunorte. A Secretaria de Meio Ambiente do Pará inicialmente negou o vazamento, mas logo depois foi comprovado não apenas o vazamento como se descobriu que a empresa mantinha três pontos de despejo clandestino. O Instituto Evandro Chagas (Ministério da Saúde) constatou a contaminação de alguns rios por chumbo, produto utilizado para beneficiar a bauxita.

Historicamente, a região amazônica sofre com processos de apropriação de seus recursos naturais. As populações tradicionais estão entre os que mais são atingidos negativamente por estas atividades. O que constatamos é a continuidade da contradição que aponta que quanto maior a

extração de riqueza, maiores são as contradições socioambientais, tornando mais difícil um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico. Presenciamos, assim, para dependência e acumulação por espoliação, materializadas num ponta na transferência de valor e na outra, a que fica na região, em miséria, prostituição, degradação ambiental, trabalho degradante, mais exploração, entre outros.

Por outro lado, tem aumentado o grau de organização dessas comunidades frente aos grandes empreendimentos de extração dos recursos naturais, entre os quais aqueles conduzidos pelas companhias mineradoras. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, populações extrativistas e movimentos sociais tem desenvolvido processos de resistência, em muitos casos em redes de parcerias. O enfrentamento ainda é muito desigual e a resistência é insuficiente, mas não é insignificante. As lutas contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte não impediram a realização da obra, mas a atrasaram bastante e contribuíram para a paralisação de outros empreendimentos, ainda que não descartados, como é o caso das hidrelétricas no rio Tapajós.

Essa resistência precisa ser ampliada, buscando conciliar as reivindicações das diversas comunidades envolvidas. Ela é uma condição necessária para se reverter o quadro atual de apropriação dos recursos locais que se opõe ao verdadeiro desenvolvimento social. É possível alcançá-la e nisso reside nossa esperança no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOS SANTOS, Theotonio. Teoria da dependência: Balanços e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2015.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEAL, Aluizio. Grandes projetos amazônicos: dois casos precursores. Belém, 1996.

LEAL, Aluizio. Sinopse Histórica da Amazônia. In: TRINDADE, José R.; MARQUES, Gilberto (orgs.). Revista de Estudos Paraenses, edição especial – IDESP. Belém: IDESP, 2010.

LÊNIN, Vladimir. Imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1987.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. O CICLO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE; Mathias (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARQUES, Gilberto S.; MARQUES, Indira R. Luta camponesa e reforma agrária no Brasil. São Paulo: Sundermann, 2015.

MARQUES, Gilberto. Amazônia: Riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARQUES, Gilberto. Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral? Revista Universidade e Sociedade, ano XXI, n. 49, jan. 2012. Brasília: ANDES-SN, 2012.

MARQUES, Indira C. Território Federal e Mineração de Manganês: gênese do Estado do Amapá. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009 (Tese de Doutorado).

MARTINS, José de S. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, Karl. O Capital, livro I, volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MDIC. www.mdic.gov.br

PEM. PARÁ. Plano de mineração do Pará 2014-2030. Belém, 2014.

SALLES, Vicente. O negro no Pará. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.

SIMINERAL. 7º Anuário mineral do Pará. Belém, 2018.

VALE. Vale.com.br